



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Humanas
Departamento de História

**ÁLVARO DE LUNA: A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IMAGEM DO
VALIDO (CASTELA, SÉCULO XV)**

Cássio Lopes Aquino

Brasília - DF

2021

CÁSSIO LOPES AQUINO

**ÁLVARO DE LUNA: A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IMAGEM DO VALIDO
(CASTELA, SÉCULO XV)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em História, sob a orientação da Prof^a Dra. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho.

Brasília - DF

2021

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é o resultado de uma pesquisa que desenvolvo desde 2017, que, por sua vez, é o resultado de um pouco mais de 4 anos de graduação. Foram tempos de incontáveis e inesquecíveis experiências, nos quais diversas pessoas cruzaram o meu caminho. Assim, eu gostaria de começar agradecendo de forma geral a todas elas, pois por menor que tenha sido cada contribuição, foi determinante para que eu estivesse hoje nesta posição.

Agradeço imensamente a meus pais, Angelane e Jales, por me proporcionarem todas as ferramentas possíveis para que eu trilhasse essa jornada da melhor forma. A meu irmão, Mateus, por ser um dos meus principais mentores. A meus padrinhos, Elaine e Marco, e a meu primo, Caio, por serem um dos meus fortes pilares de apoio. Meu eterno amor e gratidão a todos vocês.

Dedico um parágrafo especial à minha companheira, que esteve comigo em todos os momentos da graduação: Natália. Seu apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui e jamais serei capaz de colocar em palavras tudo o que você significa para mim. Obrigado, por me proporcionar o verdadeiro sentimento de amor e carinho, todos os dias.

Também não posso deixar de agradecer às amigas mais próximas, que acompanharam a minha trajetória, há anos. André, Caio Lívio, Davi, Gabriel Soledade, Gabriel Cantieri, Luca e Pedro: vocês se tornaram a minha família ao longo desses anos e me ajudaram, diariamente, a me tornar a pessoa que sou hoje. Nossos debates, risadas e momentos reverberarão para sempre na minha memória. Que o nosso amor fraternal perdure até o resto de nossas vidas e se transforme cada vez mais.

Sou imensamente grato à minha orientadora, professora Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, por ter aceitado me guiar nessa jornada. Você é a minha principal inspiração acadêmica e é uma imensa honra poder ter você como orientadora. Carregarei sempre comigo todos os seus ensinamentos, foram eles os principais norteadores na minha formação como historiador.

E, por fim, dedico esta monografia aos meus avós, Abadia, Maria do Socorro e Paulo, que deixaram este mundo ao longo da minha trajetória como discente, na Universidade de Brasília. A saudade bate forte todos os dias, mas a certeza do amor deixado por vocês me guia e motiva sempre. Muito obrigado, por tudo. Eu amo vocês!

RESUMO

Resumo: Esta monografia pretende analisar como a imagem de um personagem muito importante da história castelhana, Álvaro de Luna, foi construída a partir de uma visão política específica, principalmente, de determinadas crônicas e da historiografia sobre a nobreza cortesã. Através de um estudo qualitativo de fontes do período, sobretudo das crônicas, é interessante perceber suas intenções e sentidos políticos, permitindo-nos conhecer lógicas de representação do poder. A imagem construída de Álvaro de Luna decorre de um conteúdo político a partir da literatura que se amalgama a um jogo intenso de poder durante o reinado de Juan II, na Castela do século XV. Ao desafiar grupos importantes da corte e assumir gradativamente poderes e funções – como a de *Condestable* e de *Gran Maestre de la Orden de Santiago* – o valido ameaçou a posição de parte da nobreza e seus privilégios. Assim, a versão negativa, apresentada por parte das crônicas, reflete em boa medida a opinião da corte régia sobre Álvaro de Luna, por ser o local de produção dessas fontes. A pesquisa procura entender o contexto político castelhano que envolve o personagem para refletir sobre os motivos de tal construção, dialogando, igualmente, com uma historiografia tradicional que coloca a figura do valido, de maneira geral, como usurpador do caráter monocrático do poder régio. A análise apoia-se numa perspectiva pluralista do poder, característica do período medieval, que estrutura a monarquia e a fortalece como parte desse sistema.

Palavras-chave: Álvaro de Luna; Castela Medieval; Pluralismo Jurídico; *Valimiento*.

ABSTRACT

Abstract: This paper discusses how the image of a very important character in Castilian history, Álvaro de Luna, was built from a specific view, mainly, of certain chronicles and of historiography on the courtly nobility. Through a qualitative study of sources from the period, especially the chronicles, it is interesting to understand their political intentions and meanings, allowing us to understand power's representation logic. The constructed image of Álvaro de Luna stems from a political content based on literature that is amalgamated with an intense game of power during the reign of Juan II in Castile during the 15th century. By challenging important groups of the court and gradually assuming powers and functions - such as that of *Condestable* and Grand Master of the Order of Santiago - the *valido* threatened the position of part of the nobility and their privileges. Thus, the negative version, on the part of the chronicles, largely reflects the opinion of the royal court on Álvaro de Luna, as it is the place of production of these sources. The research seeks to understand the Castilian political context that involves the character to reflect on the reasons for such construction, dialoguing, equally, with a traditional historiography that places the figure of the *valido*, in general, as usurper of the monocratic character of the royal power. The analysis is based on a pluralist perspective of power, characteristic of the medieval period, which structures the monarchy and strengthens it as part of that system.

Keywords: Álvaro de Luna; Medieval Castile; Juridical Pluralism; *Valimiento*.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Gaspar de Guzmán, Conde-Duque de Olivares, a cavalo. Pintura de Diego Velázquez; p. 22.

Imagem 2 – Felipe IV, a cavalo. Pintura de Diego Velázquez; p. 23.

Imagem 3 – Capela de Santiago, em Toledo. Foto de Vítor Ribeiro; p. 34.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 - Interpretações historiográficas sobre o <i>valimiento</i>	13
1.1. O papel da historiografia moderna na definição do <i>valimiento</i>	15
1.2. A historiografia nacional e o século XV castelhano	23
Capítulo 2 – Um valido “demasiadamente esforçado e atrevido”?	26
2.1. Os diferentes discursos da <i>Crónica de don Álvaro de Luna</i> e da <i>Crónica del Halconero de Juan II</i>	26
2.2. A simbologia política da Capela de Santiago, em Toledo	30
Capítulo 3 – O valido como usurpador do poder régio?	35
Reflexões Finais	43
Referências	46
Declaração de autenticidade	49

Introdução

O conceito de valido e o seu papel na história têm um dos seus principais capítulos na Castela do século XV. Os validos são apresentados, nas fontes, com os nomes de “favorito” e/ou “privado”, e eram cargos “não oficiais”¹, cuja ascensão dentro da corte e a atribuição de funções eram decorrentes da própria confiança e vontade do rei. A íntima amizade com o monarca e a intervenção consentida e direta no governo são outras características que identificam o *valimiento*². O reinado de Juan II (1406 – 1454) apresentou um dos principais validos da história de Castela e um dos mais controversos para o cenário político: Álvaro de Luna. O “favorito” teve uma trajetória particular de ascensão e queda, que evidencia, de maneira bastante clara, o contexto político que envolveu tal personagem e os desdobramentos que afetaram Castela nessa época.

O “privado” foi introduzido na corte por seu tio, Pedro de Luna, então arcebispo de Toledo. Logo, segundo a *Crónica de Juan II*, ele se tornou o principal “privado” do rei e assumiu funções bastante proeminentes ao longo desse reinado. Ocupou cargos junto ao rei Juan II, ainda durante a menoridade deste: foi pajem e mestre-sala. Em 1423, foi nomeado Condestável do reino, expandindo sua atuação e domínio territorial³. Apesar da importância que o valido alcançou nas campanhas militares e políticas durante seu tempo de atuação na corte, acabou decapitado, em 1453, a mando do próprio monarca:

Pues los que con tanto estudio trabajais por haber estados, riquezas, dignidades, mirad que fin ovo toda la gloria, todo el tesoro, todo el mando, todo el poder deste Maestre é Condestable: el qual después de haber regido é governado á su libre voluntad por espacio de treinta años é mas los Reynos de Castilla é de León, é haber habido tan grandes é tan altas dignidades, se vido solo, desanparado de sus amigos é criados, é ageno de todos los bienes que la fortuna le dió, preso, encarcelado, pobre, se oyó por justicia pregonar, y degollar en

¹ Este conceito, embora problemático, é amplamente usado pela historiografia. Entender o conceito de *valimiento* como um poder “não oficial” é bastante representativo da caracterização política anacrônica que o termo carrega. A oficialidade ou a falta de oficialidade do cargo de valido depende quase exclusivamente da perspectiva de quem o adota.

² TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. **Los validos en la monarquía española del siglo XVII**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982, p. 32.

³ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos políticos da Capela de Santiago. In: SALVADOR GONZÁLEZ, José María (org.). *Mirabilia Ars* 2, Barcelona, 2015, p. 141-142.

un cadahalso en la plaza de Valladolid, habiéndole de dar por amor de Dios para su sepultura.⁴

De fato, a ascensão de alguém que não fora oriundo e criado na nobreza cortesã incomodou grupos de nobres já enraizados na corte.

Com o objetivo de compreender o que a presença do valido significava, recorreremos, como fonte documental, às crônicas disponíveis sobre o período, além da historiografia que aborda a época de Juan II. A cronística é uma narrativa de grande relevância para esse reinado, com um grande volume de produção. O conteúdo das crônicas, produzidas na própria corte, retratam Álvaro de Luna sob vários pontos de vista, essencialmente políticos. Nesta monografia, iremos nos ater a duas que oferecem versões opostas sobre a atuação do valido: a *Crónica del Halconero de Juan II*, de Pedro Carrillo de Huete, e a *Crónica de don Álvaro de Luna*, de Miguel de Flores⁵. A primeira retrata o valido de uma forma bastante negativa, chegando a insinuar, inclusive, um vínculo íntimo entre ele e o rei. A segunda o retrata como o arquétipo do ideal cavaleiresco e sujeito de boa conduta, selecionando episódios considerados favoráveis.

As crônicas fazem parte de um processo de escrita que é um instrumento indispensável para a apreensão e ordenação do mundo, especialmente na baixa Idade Média. Essa tipologia contribui para a construção de um certo modelo de mundo com valores das ordens superiores da sociedade medieval⁶. Essas fontes são estruturadas com base em narrativas cuidadosamente elaboradas, e, portanto, sua importância não recai propriamente sobre o conteúdo e os fatos ali narrados, mas sim sobre o modo como tal discurso é construído. O conteúdo reflete a percepção que seus autores tinham

⁴ PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. *Crónica del señor don Juan*, segundo de este nombre en Castilla y en León. Cópia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Valencia: en la imprenta de Benito Monfort, 1779, p. 575.

⁵ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. MATA CARRIAZO, Juan de; BELTRÁN, Rafael (eds.). Granada: Universidad de Granada, 1946. MIGUEL DE FLORES, Josef. *Crónica de D. Álvaro de Luna*, condestable de los reynos de Castilla y de León. Cópia digital. Valladolid: Junta de Castilla y de León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Madrid: en la imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784. Além dessas, citaremos pontualmente outras duas crônicas: *Crónica de Enrique IV*, de Alonso de Palencia, e a *Crónica de Juan II*, de Fernán Pérez de Guzmán.

⁶ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006, p. 12-13.

tanto do passado como do presente, fomentando um importante relato de memória⁷. Assim, os cronistas apresentavam o processo histórico a partir de sua própria agenda, oculta ou revelada. As crônicas contêm um precioso estoque de informações sobre expectativas, medos, emoções e opiniões em certos momentos e espaços⁸. Elas ocupam um lugar no qual podem ser entendidas como literatura e história.

As diferentes opiniões que as crônicas veiculam permitem conhecer a diversidade de polos de poder que se apoiam em uma literatura política para construir a sua versão sobre determinados acontecimentos. Nesse sentido, o debate político pode se desdobrar em uma variedade de “linguagens”, através dos discursos registrados pelas crônicas, dos participantes do jogo político, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e políticos que conferem uma camada de suma importância para a compreensão deste objeto de estudo. Portanto, historicizar a forma pela qual os discursos se direcionam em diferentes frentes exige perceber que eles se originam como modos de argumentação no interior do próprio processo do discurso político⁹. Os conteúdos dessas fontes e suas características auxiliam a perceber a trajetória do *Condestable* a partir de filtros distintos que constituem os principais pontos de vista e produzem narrativas contrastantes. Tais fontes primárias foram interpretadas ressaltando a importância de analisar a construção política dessa literatura e como ela contribuiu para a elaboração da imagem de Álvaro de Luna.

No que se refere à bibliografia, escolhemos obras de síntese sobre a história espanhola, livros, artigos científicos, monografias e estudos sobre Álvaro de Luna e o fenômeno do *valimiento*. Percebemos que existe uma continuidade, na historiografia, na maneira como se enxerga o problema. As obras de História Geral frequentemente adotam interpretações mais tradicionais e acusam os validos de perturbarem fortemente o cenário político, numa época em que a monarquia estaria em processo de fortalecimento. Esses personagens atrapalhariam os reis a governarem de forma eficaz. As principais obras desse tipo analisadas nesta monografia são: *Historia de España*:

⁷ VALDALISO CASANOVA, Covadonga. Da cronística medieval como obra literária y la literatura medieval como fuente histórica. *In: Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar*. Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p. 115.

⁸ MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: The interrelationship of fact and fiction. *In: Journal of Medieval History*, n. 32, 2006, p. 345.

⁹ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 25 e 31.

Épocas Medievales, de Eduardo Manzano Moreno; *Historia de España: Edad Media*, de Luis Suárez Fernández; *Reino de Castilla en la Edad Media*, de Julio Valdeón Baroque¹⁰. Sendo assim, buscou-se compreender qual é a influência deste tipo de entendimento sobre os validos nas análises que foram realizadas sobre a atuação política de Álvaro de Luna.

Quanto à historiografia de carácter monográfico, foram seleccionados autores e pesquisadores que têm Álvaro de Luna, o *valimiento* (na Idade Média e Moderna), relações de poder e/ou o Estado, como objeto de estudo: María del Pilar Carceller Cerviño, François Foronda, Cinthia Rocha, John H. Elliott, Jonathan Brown, Francisco Tomás y Valiente, Maria Filomena Coelho, Olga Pérez Monzón e José Manuel Nieto Soria, são os principais¹¹.

Em suma, com o auxílio das crônicas, como corpo documental, e da bibliografia que contempla análises sobre o papel político de Álvaro de Luna, pretende-se analisar como a imagem de um personagem muito importante da história castelhana foi construída a partir de uma visão específica, principalmente, de determinadas crônicas, da historiografia sobre a nobreza cortesã e da representação política do *valimiento*.

¹⁰ MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas medievales*. In: FONTANA, J.; VILLARES, R. **Historia de España**. Madrid: Critica/Marcial Pons, 2010. SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Historia de España: Edad Media**. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1970. VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Reino de Castilla en la Edad Media*. In: SUÁREZ FERNANDEZ, Luis (org). **Panoramas de la historia universal**. Bilbao: Ediciones Moreton, S.A., 1968.

¹¹ CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. In: **España Medieval**, n° 32, 2009, p. 85-112. FORONDA, François. Patronazgo, relación de clientela y estructura clientelar. El testimonio del Epílogo de la Historia de don Álvaro de Luna. In: **Hispania. Revista Española de Historia**, vol. LXX, núm. 235, mayo-agosto, 2010. ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.* ELLIOTT, John H. Unas reflexiones acerca de la privanza española en el contexto europeo. España: **Anuario de historia del derecho español**, N° 67, 1997, p. 885-900. BROWN, Jonathan. Imágenes de poder y prestigio. In: **Velázquez, pintor y cortesano**. Madrid: Alianza Editorial, 1986. TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. **Los validos...** *Op. cit.* COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII – XIII). In: **La Edad Media en perspectiva latino-americana**. San José: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2017. PÉREZ MONZÓN, Olga. La dimensión artística de las relaciones de conflicto. In: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)**. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 547-620. NIETO SORIA, José Manuel. Apología y propaganda de la realeza en los cancioneros castellanos del siglo XV. Diseño literário de un modelo político. In: **En la España medieval**, Madrid, n° 11, 1998.

Capítulo 1

Interpretações historiográficas sobre o *valimiento*

A historiografia que aborda o fenômeno do *valimiento*, desde a medieval até a moderna, apresenta, no geral, considerações bastante homogêneas na definição do conceito. A mais comum é aquela que considera o surgimento desses personagens que configuram e participam da *privanza* como disruptores de um determinado modelo de Estado. Todos os autores aqui analisados se utilizam deste tipo de lógica para estudar e compreender o papel dos *validos*, em seus respectivos contextos. Logo, formou-se um entendimento que os *privados*, em sua maioria, seriam sujeitos que se opunham ao modelo centralista do Estado, representado pela figura régia. O personalismo seria uma característica natural dos *validos*, o que evidenciaria a sua inadequação em um regime que, presumivelmente, estaria em processo de centralização.

O conceito do *valimiento* e/ou *privanza* construído pela historiografia da Idade Moderna estendeu-se, retroativamente, a Álvaro de Luna, na Idade Média. Ao mesmo tempo, se deve salientar que também é frequente que os historiadores assumam o próprio discurso das crônicas em suas narrativas. O emprego do termo *privanza*, semanticamente, como sinônimo de *valimiento*, e sua semelhança de sentido com as palavras “privado” e “privatização” são exemplos que revelam o que acabamos de dizer. O sentido atribuído a tal termo permitiu à historiografia construir um entendimento anacrônico de que, naturalmente, o *valido* estaria privatizando o poder público (monárquico), alijando outros grupos, para exercer o poder de forma monopolista e favorecer seus interesses particulares. A maneira de apresentar o exercício do poder do *valido* como um exercício “privado” gera uma dicotomia com o ideal de poder público, que não é próprio da Idade Média. Esse molde dicotômico de pensamento não permite compreender a complexidade da dimensão pública do período, com contornos jurídicos e políticos de tipo pluralista¹².

¹² Esta maneira de compreender o exercício de poder no período medieval será mais bem explorada no terceiro capítulo desta monografia.

Observa-se, igualmente, que parte da historiografia costuma associar o fenômeno da privança à debilidade política da monarquia, como se pode depreender da interpretação de Julio Valdeón, sobre as intenções do valido na corte de Juan II:

O que pretendia dom Álvaro de Luna? Sem dúvida, a ambição pessoal contava muito. Aquele que seria o novo condestável se aproveitou da debilidade do monarca para centralizar o poder ao redor de sua pessoa.¹³ (Tradução nossa)

É nítido o peso que o autor coloca em como o valido se aproveitava da suposta fraqueza do monarca para concentrar o poder em torno de sua pessoa, constatando a forte ambição pessoal de Álvaro de Luna ao colocar seus desejos acima das vontades régias.

María del Pilar Carceller Cerviño, por seu lado, apresenta assim o fenômeno:

Uma das principais características da *privanza* era sem dúvida alguma a adoção por parte do privado das funções do rei. Ele atuava como governante no lugar do monarca, sendo assim capaz de controlar o reino e as engrenagens do poder.¹⁴ (Tradução nossa)

Entre esses autores e outros que abordam o tema prevalece uma interpretação que Francisco Tomás y Valiente denomina como “psicologista”, associando o fenômeno do *valimiento* a uma simples relação de causa e efeito. Logo, a existência dos validos explica-se porque os reis foram pouco afeitos ao seu ofício - “preguiçosos” – ou porque eram doentes¹⁵.

Essa abordagem por parte da historiografia converte a privança de Álvaro de Luna e a sua atuação política em mera prefiguração da interpretação “psicologista” sobre os validos, que ganharia força na Idade Moderna¹⁶. Tal maneira de considerar o tema não auxilia na compreensão do papel político de Álvaro de Luna no complexo marco institucional da monarquia medieval, por esconder a dinamicidade do exercício de poder nesse período, bem como suas características de pluralismo jurídico. A interpretação “psicologista” influencia na construção *a posteriori* da imagem de Álvaro

¹³ VALDEÓN BARUQUE, Julio. Reino de Castilla... *Op. cit.*, p. 122-123.

¹⁴ CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco... *Op. cit.*, p. 88.

¹⁵ TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. **Los validos**... *Op. cit.*, p. 34.

¹⁶ FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. In: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)**. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 73.

de Luna: um usurpador do poder, que teria impedido o rei de exercer corretamente seu papel de cabeça política. Esses conceitos utilizados pelos historiadores apresentam problemas e requerem reflexões para a compreensão do *valimiento* e o que essa forma representava para o nosso período de estudo: a Idade Média.

1.1. O papel da historiografia moderna na definição do *valimiento*

A característica da historiografia institucionalista de partir de um pressuposto de Estado, com especificidades contemporâneas, influencia diretamente na compreensão do *valimiento*, no século XV, em Castela. É evidente que a Idade Moderna espanhola contou com validos que foram de suma importância nos séculos XVI e XVII. Entre eles, talvez o mais emblemático de todos seja o valido de Felipe IV, Gaspar de Gúzman, ou Conde-Duque de Olivares, que, inclusive, foi eternizado através de uma pintura de Diego Velázquez (ver imagem 1).

Todavia, ao analisar estudos que retratam o *valimiento* na modernidade espanhola, é perceptível que existe uma particularidade na maneira de abordar o papel dos validos em seus respectivos contextos políticos, que parece ter sido adotada pelos medievalistas. A principal caracterização do valido, na historiografia contemporânea que retrata o século XV castelhano, é a de ressaltar seu suposto caráter despótico e sua conduta patrimonialista e privatista no exercício do poder público e de usurpadora do poder régio. Essa é a mesma abordagem adotada pela historiografia ao analisar o exercício do *valimiento* na modernidade espanhola. A influência de um tipo de estudo “psicologista”, que atribui a presença dos validos a uma falta de aptidão dos monarcas para exercer sua inerente função regente, e que suscitaria a íntima amizade criada entre o valido e o rei:

Entretanto, frente a essa imagem de continuidade, a historiografia mais tradicional considerou a transição do século XVI ao XVII como o momento da grande quebra política da Monarquia, que conduziria – de forma inexorável- à decadência espanhola. Segundo estes autores, a morte de Felipe II suporia o fim dos grandes monarcas, e o começo de uma época dominada por reis débeis e indolentes, e de ministros corruptos e incapazes, desejosos apenas de poder e riqueza. (...) De fato, a privilegiada posição que haviam alcançado voltava a incidir em um fenômeno já conhecido na Corte castelhana: a presença de privados que, havendo conquistado as graças de seu rei, puderam

organizar sua influência, atender aos interesses de sua Casa ou participar no governo da Monarquia.¹⁷ (Tradução nossa)

O enfraquecimento político da monarquia, no século XVII, segundo esse viés interpretativo, seria, em grande medida, reflexo da perda da centralidade do poder na forma do Estado e do rei. Desta forma, os reinados de Felipe III e Felipe IV são definidos como cruciais para a decadência espanhola e a ascensão de personagens, os validos, que, se aproveitando da indolência de seus reis, puderam ascender ao poder, ocupar cargos de grande importância e controlar boa parte dos agentes que orbitavam o Estado. No mesmo sentido, ressaltar a falta de capacidade de Felipe III e Felipe IV em controlar o reino, pressupõe, igualmente, contrapor-lhes monarcas que são tidos como exemplos positivos na maneira de manejar os problemas políticos e na capacidade de centralizar o poder:

Em todo caso, suas funções foram limitadas graças à ação conjunta de dois fenômenos: a forte personalidade dos monarcas do século XVI e as profundas mudanças que experimentou a organização monárquica desde a Baixa Idade Média. No primeiro dos casos, tanto Carlos V quanto Felipe II, com seu elevado sentimento de realeza, teriam evitado que qualquer dos grandes cortesãos que os rodeavam alcançassem funções além dos deveres palacianos, ou que aumentassem sua influência sobre os negócios da Monarquia. A substituição da Casa Real pelas instituições sinodais haveria forçado a conversão dos favoritos reais em meros “criados” do monarca, reduzindo seu papel a atender necessidades “privadas” do Rei sem que pudessem interferir no trabalho e nas obrigações dos ministros da Coroa. Frente a essa situação, os validos do século XVII, graças às possibilidades que lhes apresentavam a débil personalidade dos monarcas, teriam reivindicado o direito de participar e, até certo ponto, controlar a consulta e execução das medidas necessárias para o governo da Monarquia.¹⁸ (Tradução nossa)

Logo, são notórias as similaridades dos argumentos para justificar a presença do fenômeno do *validimiento*, mesmo que em épocas diferentes. É interessante perceber como os argumentos dos autores que abordam a modernidade são, praticamente, uma repetição literal das conclusões sobre a presença dos validos, na Idade Média. De forma similar, sua existência deveu-se à falta de afeição dos reis pelo seu ofício e pelo aumento do personalismo, na corte, o que, em uma perspectiva moderna, seria evidência

¹⁷ FEROS, Antonio. Lerma y Olivares: La Práctica del Valimiento en la Primera Mitad del Seiscientos. In: H. Elliott and Angel García-Sanz (Eds.), **La España del Conde-Duque de Olivares**, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1990, p. 197 e 201.

¹⁸ *Ibidem*, p. 201

de práticas corruptas no seio da monarquia. Tal interpretação simplifica a explicação sobre a ação dos validos ao associá-los, de maneira contrastante, à principal característica que deveria emanar do Estado moderno: o monopólio do exercício do poder do Estado, na forma de um governo impessoal. A essa linha soma-se a já referida tendência a ressaltar supostas características pessoais e psicologizantes:

Uma interpretação simplista, que parece ter satisfeito a muitos de nossos melhores historiadores, consiste em afirmar que os validos governaram porque os últimos Áustrias careciam de energia de caráter, de talento político e de laboriosidade, e porque Dona Mariana era uma pobre mulher a quem a Monarquia via como grande.¹⁹
(Tradução nossa)

O *valimiento*, como instituição, foi um fato marcante para os rumos da política espanhola, no século XVII. A forte presença desses personagens nas intrigas palacianas influenciou uma forma de interpretação que colocava os validos em um papel antagônico ao bom governo:

Mas ao mesmo tempo, o favorito (ou privado) era também visto por muitos europeus do começo do século XVI como um indivíduo que teria capturado a vontade do Rei e governava em seu nome, mas sempre antepondo seus próprios interesses aos do reino. Em efeito, a princípio do século XVI, a maioria dos europeus podia reconhecer a alguns dos mais significativos privados (Piers Gaveston na Inglaterra de Eduardo II, Olivier Le Daim na França de Luís XI e Alvaro de Luna na Castela de Juan II), os quais se converteram em pontos de referência obrigatória para todos aqueles que, nos séculos XVI e XVII, queriam valorar e criticar aos privados ou ministros contemporâneos. Com esses exemplos históricos de depravados favoritos em mente, os europeus do século XVI viam com receio a aparição de grandes figuras que exerciam, ou pareciam exercer, o poder em nome do Rei.²⁰ (Tradução nossa)

As disputas políticas, por meio de versões em forma de narrativas, logo se tornaram marcantes nas intrigas que envolviam a corte, com vistas a esclarecer sobre os motivos que impediam a realização de um bom governo. Os exemplos históricos de validos que, supostamente, usurpavam o poder, como é o caso de Álvaro de Luna, moldaram os argumentos de grupos que criticavam o *valimiento*, na modernidade. Contudo, a própria ideia de corte vinculava-se à pessoa do monarca, e supunha-se que, embora fosse um lugar de embates e de aparências, conseguir o favor real, ou seja,

¹⁹ TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. **Los validos...** *Op. cit.*, p. 33.

²⁰ ELLIOTT, John H. *Unas reflexiones...* *Op. cit.*, p. 887.

converter-se em favorito do rei, era a meta que todo o cortesão deveria perseguir²¹. Portanto, as narrativas históricas que acusam os validos de mau governo devem ser entendidas como instrumentos criados por grupos que se opunham ao acusado, como fruto dos contínuos embates entre diferentes grupos cortesãos. Além disso, o fato de que alguns personagens que ocupavam o posto de valido, muitas vezes, não fossem oriundos da alta nobreza, gerava descontentamento entre as grandes famílias palacianas:

Assim, não é nada surpreendente que alguns secretários se aproveitassem das vantagens que lhes dava seu acesso ao monarca para influir sobre as decisões reais, uma influência que foi especialmente sentida por outros membros da Corte devido principalmente a que esses poderosos secretários tinham origens humildes e, portanto, eram vistos como iniciantes que desejavam ocupar as posições que correspondiam aos membros da mais alta nobreza.²² (Tradução nossa)

O vigor artístico, na Idade Moderna, segundo John H. Elliott, oferece outra perspectiva para entender o que significava ser um valido. O fenômeno do *valimiento* formava parte de uma cultura proveniente da alta nobreza e de um constante embate de narrativas que permitiu a criação de um modelo de análise sobre os favoritos. A arte tornou-se um dos principais meios de difusão do conceito predominante que se aplicava às ações de um determinado valido:

Existia, pois, um discurso europeu, inspirado pelos *Anais* de Tácito, sobre o príncipe e seus privados, discurso pelo qual se julgariam os grandes privados das primeiras décadas dos seiscentos - Concini, Luynes, Buckingham, Lerma -, e também aos monarcas que haviam permitido sua ascensão e influência. Se junto a isso levarmos em conta a miríade de comédias e biografias dedicadas aos grandes privados históricos das distintas monarquias europeias, se verá que o fenômeno do privado do século XVII formava parte de uma cultura tanto popular quanto elitista, uma cultura que havia criado uma espécie de «modelos» com os quais se tentava descrever e analisar a todos os ministros-privados desse período. Estes modelos dominantes de um ministro-privado incidiam sobre o tipo de atuação que aparentemente todo privado deveria seguir, e a trajetória de uma carreira dominada, segundo se supunha, pelos caprichos do príncipe e da fortuna.²³ (Tradução nossa)

Ademais, o quadro que Diego Velázquez realizou de Gaspar de Guzmán (ver imagem 1) tornou-se em verdadeiro retrato dos validos. Para muitos historiadores, tal

²¹ *Ibidem*, p. 887.

²² *Ibidem*, p. 888.

²³ *Ibidem*, p. 892.

pintura representa evidência concreta da maneira pela qual o Conde-Duque de Olivares gostaria de ser lembrado pela posterioridade: imponente, com vestes régias e empunhando o bastão de comando. O fato de Gaspar de Guzmán ter encomendado esta obra diretamente a Diego Velázquez, que era o pintor da corte de Felipe IV, desde 1623²⁴, representando-o dessa precisa maneira, seria apenas mais uma das várias evidências que atestam a intencionalidade despótica de um valido. Os elementos que compõem o quadro, logo, demonstrariam a competência do valido de Felipe IV para guiar um reino que, supostamente, fora desamparado pelo rei.

Porém, tal interpretação sobre o quadro não parece realmente levar em consideração o contexto no qual este estava inserido. De fato, a pintura possui a intenção de demonstrar autoridade e força, principalmente por sua característica equestre. Contudo, a intenção de Velázquez parece não ter sido a de representar o Conde-Duque de Olivares em atitude régia, e, sim, de um valido que reconhece sua posição de importante agente de seu rei²⁵. Ou seja, o Conde não estaria ocupando a posição que deveria estar sendo preenchida pelo rei, e, sim, e demonstrando sua aptidão em governar em nome do monarca. Assim é possível entender, ao se comparar este retrato com outro de Diego Velázquez, “*Felipe IV, a caballo*” (ver imagem 2), que, inclusive, é anterior à pintura de Olivares²⁶. Os dois quadros pertencem ao contexto de construção e decoração do palácio do *Buen Retiro* e de uma coleção iconográfica de exaltação de importantes agentes políticos do período, ou seja, uma ambiciosa criação do imaginário político da corte régia.

O autor das obras parece representar, por meio da iconografia, um contexto político de afirmação de Felipe IV, como rei, e de Gaspar de Guzmán, como valido. Velázquez teve intensa participação na corte espanhola por meio de um programa bem organizado de governo para glorificar a monarquia espanhola, principalmente diante da ameaça de guerra com a França, o que se tornou realidade em 1635. Diante disso, o

²⁴ CARVALHO, Adriana Gonçalves de. O retrato do Conde-Duque de Olivares. São Paulo: **IV Encontro de História da Arte** – IFCH/Unicamp, 2008, p. 296.

²⁵ GASPARD de Guzmán, conde-duque de Olivares, a caballo – Colección – Museo Nacional del Prado. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/gaspar-de-guzman-conde-duque-de-olivares-a-caballo/ca958021-65b0-421a-aaf0-55994df10575>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

²⁶ A pintura de Felipe IV foi finalizada em 1635. A pintura de Conde-Duque de Olivares foi finalizada em 1636.

pintor veio a servir a outro cliente, o Conde-Duque de Olivares, cujo interesse pela propaganda pessoal aumentava à medida que sua posição de poder se debilitava²⁷. Porém, a complexidade dessas representações iconográficas se dá justamente nas diversas realidades de poder que se apresentavam em tal período. A pintura de Olivares é um produto cortesão, ou seja, o rei estava de acordo com a maneira de exibição de seu valido. A força iconográfica e indumentária de Olivares possuem o sentido de legitimar sua posição de autoridade no seio da monarquia, mas não de uma forma despótica, e, sim, complementar. O contexto da pintura do retrato equestre do valido parece evidenciar a importância de sua figura para a monarquia espanhola, mesmo que não exista uma concordância entre historiadores sobre a possibilidade de se identificar essa pintura com a reconquista de Fuenterrabía:

Em 1635, Espanha e França iniciaram um conflito que durou até 1658. (...) Diante da ameaça de um duro golpe para o prestígio de sua região e da sua, Olivares fez um esforço prodigioso para recrutar novas tropas e reconquistar a praça. Em Madrid, duas companhias de infantaria foram recrutadas com o nome do próprio Conde Duque e enviadas para lutar ao norte. Lá, ao contrário das previsões da população, os espanhóis saíram vitoriosos e puseram em fuga os invasores.²⁸ (Tradução nossa)

A modernidade definiu, portanto, o modelo interpretativo relativamente aos personagens que se destacaram na instituição do *valido*. O modelo de estudo muito difundido pela historiografia, assentado por sua vez em um determinado modelo de Estado, induz a uma concepção dos validos que os apresenta como usurpadores do poder monárquico, uma vez que se parte de uma matriz monopolista do poder. Nesse quadro, a Espanha ganhou especial destaque, devido ao grande número de validos que participaram ativamente das intrigas políticas cortesãs, na modernidade, transformando-a em exemplo de advertência negativa aos outros Estados europeus²⁹.

Tal interpretação possibilitou o recuo a outras cronologias, como a medieval, identificando-se validos com características similares aos modernos, como Álvaro de Luna. A repetição dos argumentos, para épocas tão distantes, e o mesmo tipo de personagem, nos permitem observar que esses estudos desconsideraram as especificidades

²⁷ *Ibidem*, p. 107.

²⁸ *Ibidem*, p. 125.

²⁹ ELLIOTT, John H. Unas reflexiones... *Op. cit.*, p. 891.

da atuação política de cada valido, em seu respectivo contexto. De fato, a definição do conceito de *valido*, na modernidade, com base, por exemplo, nos princípios contemporâneos do poder público e privado, não é operativa para abordar uma sociedade que se assentava em lógicas diferentes. Nessas, a pluralidade jurídica/política definia a maneira pela qual os agentes históricos das ordens superiores se desempenhavam no espaço público. Tal constatação requer que tentemos explicar de outra forma o papel dos validos no cenário político.

**Imagem 1 – Gaspar de Guzmán, Conde-Duque de Olivares, a cavalo.
Pintura de Diego Velázquez.**



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Count-Duke_of_Olivares.jpg. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

Imagem 2 – Felipe IV, a cavalo. Pintura de Diego Velázquez.



Fonte: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/felipe-iv-a-caballo/6fc1d82d-d984-41b3-b227-af833cfd1240>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

1.2. A historiografia nacional e o século XV castelhano

As grandes narrativas de síntese da História da Espanha costumam considerar os acontecimentos políticos do século XV como essenciais para a consolidação de uma unidade nacional, realizada pelos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Tal perspectiva acaba por influenciar a maneira como se interpretam os reinados que antecederam esse momento de “apogeu”: o de Juan II e o de Enrique IV. Assim, o transcurso do século XV é caracterizado como um período “anárquico” que conduziu a Espanha à necessidade de centralizar o poder por meio de uma monarquia autoritária, que guiaria o território espanhol à modernidade:

A tensão, ao menos superficialmente, aumenta no século XV, com Juan II e Enrique IV. Mesmo assim, a solução final será o estabelecimento de uma monarquia *autoritária*, a dos Reis Católicos. Isso indica que a anarquia do século XV castelhano refletia mais uma crise de crescimento que uma autêntica decadência. (...) O século longo, que se estende desde meados do século XIV até a morte do débil monarca Enrique IV (1474), é, se observado de uma determinada perspectiva, a época do acaso da monarquia medieval castelhana. Mas se Castela parece declinar é, na verdade, para dar espaço a uma nova etapa, mais fecunda, a de unidade nacional, conseguida sob sua direção, prova inequívoca de que a debilidade era mais aparente do que real.³⁰ (Tradução nossa).

A maneira de entender os acontecimentos do século XV como antecedentes necessários para a unidade nacional é bastante problemática. A historiografia lança mão de uma interpretação teleológica pela qual o passado estava inexoravelmente condicionado a conduzir a nação até uma determinada configuração política³¹. Essa forma de explicar o passado possui a intenção de apresentar a história do estabelecimento e sucesso da nação por meio da centralização do poder e da eliminação de forças políticas concorrentes à monarquia. Ao mesmo tempo, a criação de uma identidade nacional apoia-se igualmente em uma narrativa da existência da nação através dos tempos, bem como da sua singularidade, que, por sua vez, é construída por meio de um constante processo de diferenciação com relação ao “outro”³².

A necessidade de consolidar um caminho positivo na construção da memória de uma nação exige encontrar agentes, identificados como próprios de seu tempo, que impediam tal realização. Em vista disto, os governos de Juan II e de Enrique IV são definidos pela historiografia como ineficazes, por serem dirigidos por reis “fracos e débeis” que não foram capazes de controlar sua própria corte e as disputas políticas em seus reinados. Os validos dos dois governos, por protagonizarem diversas disputas políticas, acabam por ser identificados como usurpadores e agentes impedidores da centralização monárquica que deveria guiar à modernidade. A construção de uma memória nacional, identificada com o Estado, precisa encontrar personagens antagonistas à autoridade que ressaltem, pela negativa, as vantagens da concentração de poderes em torno da monarquia e a unidade nacional.

³⁰ VALDEÓN BARUQUE, Julio. Reino de Castilla... *Op. cit.*, p. 105 e 107.

³¹ CARVALHO, Luís Fernando de. **O recrudescimento do nacionalismo catalão**: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. – Brasília: FUNAG, 2015, p. 49.

³² *Ibidem*, p. 84.

A imagem de Álvaro de Luna é também produto dessa construção nacional, alimentada pelas diversas acusações que sofreu, registradas nas fontes documentais produzidas por seus inimigos e incorporadas em boa medida pelos historiadores. O *condestable* é colocado na vasta galeria daqueles personagens do século XV “incapazes” de compreender o projeto de fabricação da nação. Essa perspectiva limita a compreensão sobre a complexidade dos episódios que marcaram e definiram os rumos políticos castelhanos, assim como impede entender o exercício do poder da monarquia medieval. O discurso de deslegitimação dos reinados que antecederam os Reis Católicos torna-se um instrumento para um projeto político de afirmação da unidade nacional que, supostamente, foi por eles fundada. Encontrar personagens que guiaram a nação para a prosperidade e modernidade envolve, igualmente, construir uma narrativa que culpe personagens anteriores por terem impedido a realização do que se considera uma espécie de natureza política: a nação. Com isto, a caracterização dos governos castelhanos do século XV, como “anárquicos”, comandados por reis “fracos” facilmente influenciados por seus validos “usurpadores”, se torna uma narrativa de fácil aceitação pelos sentimentos nacionais espanhóis, contrastados pelas figuras simbólicas positivas dos Reis Católicos.

Capítulo 2

Um valido “demasiadamente esforçado e atrevido”?

As fontes do período³³ sobre a trajetória de Álvaro de Luna representam uma opinião que é compartilhada por um grupo de interesses, e, que, frequentemente, é assumida pela historiografia sem a reflexão crítica devida a uma literatura que é essencialmente política. Através de um estudo qualitativo dessas fontes, principalmente das crônicas, é interessante perceber as intenções e sentidos políticos que elas alcançam. A análise das crônicas, que abordam a vida desse valido, possibilita conhecer as lógicas de representação sobre a política: a imagem construída de Álvaro de Luna decorre de um conteúdo político transformado em literatura, oriunda de um jogo intenso de poder durante o reinado de Juan II, na Castela do século XV.

Ressaltar o cunho político da literatura do período, com uma intenção e sentido, é compreender a natureza apologética e propagandística que elas tinham em favor daquele que a encomendava³⁴. Trata-se, igualmente, de entender a concorrência de poderes dentro da corte de Juan II, da qual participava o próprio valido. Um jogo em aberto por meio do qual cada uma das partes classifica a outra como ilegítima³⁵.

O *valimiento* é um fenômeno político de grande complexidade. Os validos costumam alcançar grande projeção, tal como se pode perceber pela magnitude da capela na qual Álvaro de Luna foi enterrado. Sua simbologia política denota a importância que ele tinha para a monarquia castelhana e, em princípio, parece dar razão aos diferentes discursos das fontes que acusavam o valido de personalismo e de ter intenções de usurpar a coroa.

2.1. Os diferentes discursos da *Crónica de don Álvaro de Luna* e da *Crónica del Halconero de Juan II*

³³ As crônicas do período do governo de Juan II são as principais fontes em relação aos acontecimentos da corte. Seu conteúdo é de suma importância para se compreender os eventos políticos que marcaram o seu governo. Elas também são as fontes mais citadas nos trabalhos historiográficos utilizados nesta monografia.

³⁴ NIETO SORIA, José Manuel. Apología y propaganda de la realeza... *Op. cit.*, p. 188-189.

³⁵ COELHO, Maria Filomena. Um universo plural... *Op. cit.*, p. 19.

As crônicas do reinado de Juan II configuram um instrumento de opinião política em favor de uma nobreza cortesã. Deste modo, deve-se refletir sobre o contexto que as envolve, e qual a importância de Álvaro de Luna para a própria monarquia, entendendo os atores políticos em seu tempo.

A caracterização de Álvaro de Luna como um usurpador do poder régio, imagem amplamente adotada pela historiografia tradicional e que se estende ao próprio conceito de *valimiento*, pode ser encontrada em vários fragmentos da *Crónica del Halconero de Juan II* – que foi produzida durante o reinado de Juan II e escrita por um cortesão (no caso, o falcoeiro) do monarca castelhano; logo, representa o ponto de vista de um importante grupo que antagonizava o valido -, de Pedro Carrillo de Huete. A súplica do rei de Navarra para Juan II afastar Álvaro de Luna de sua corte revela tal aspecto:

Muy excelente príncipe Rey e señor: Porque de las cosas que por la presente dezir entendemos las más se aderençan al desordenado rregimiento de vuestros rreynos procurado por el vuestro condestable, desde vuestra señoría lo fizo e subió en el estado que es, usando entera e largamente de todo vuestro rreal poder, así avsoluto como ordinario, e posponiendo la onrra e preminençia que debidas eran a vuestra magestad rreal; e como los sabios antiguos fablasen, dos maneras de príncipar e señorear sobre gente, la vna natural, derecha e buena, la otra tiránica e contraria, a vuestra señoría collegan que a outro más largamente conosçer qual de las dichas dos maneras el dicho condestable escogió e usó en el dicho rregimiento, e cosas por él fechas, usurpando el dicho vuestro rreal poder, e querendo someter e sometiendo a sí todo quanto es, e fazerse monarca en vuestro rreynos.³⁶

O discurso aqui apresentando possui uma intenção política a favor dos inimigos de Álvaro de Luna. É interessante perceber como o rei de Navarra, nesse caso, faz questão de ensinar a Juan II como ele deveria se portar e de, ao mesmo tempo, classificar a atuação do valido. A necessidade de deslegitimar as ações de Álvaro de Luna diante do rei possui um sentido político evidente em favor de um grupo que combatia e se incomodava com o valido. A estratégia discursiva adotada pelo rei de Navarra alega a “tirania” de Álvaro de Luna e, de forma indireta, a incapacidade de Juan II de ouvir as reclamações sobre o valido:

³⁶ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II... Op. cit.*, p. 320.

Muy esclarecido Rey e señor, como quiera que todas las sobre dichas virtudes que cualquier bueno e católico e derecho rrey se convienen, e muchas otras, falladas conplidamente, sean en la señoría de vuestra muy alta majestad rreal, tanto que contar non podríamos vuestras excelencias virtuosas e muy loables dádibas, pero, muy poderoso señor, rrazón non seria afirmar ni se fazer podría sin muy manifiesto herrar, el qual vuestro condestable, aliándose a de las dichas virtudes y buenas propiedades suso declaradas, pues todas carezen e sus obras son contra las virtudes dichas, con muy justa e legítima rrazón neçesario es mereçedor ser reputado e tenido conoçido tirano. E por tanto, muy excelente príncipe, Rey y señor, vuestra rreal magestad deve abrir sus orejas para oyr todas las cosas que dichas son, con las siguientes, e otrosy los ojos de vuestro muy claro entendimiento para las sentir e entender, pues a Nuestro Señor plogo de vos conplir dél e de todas las sobredichas virtudes tan larga e enteramente que más ser non podría.³⁷

De fato, as acusações de que Álvaro de Luna era um “tirano”, “usurpador”, se encontram bastante evidentes na fonte em questão. Contudo, a posição de quem adota esse discurso possui uma intenção política de invalidar o papel e as ações políticas do valido, por serem prejudiciais à própria monarquia castelhana. Porém, a *Crónica de don Álvaro de Luna* apresenta o outro lado do jogo político cortesão, adotando um discurso político favorável e enaltecendo às atitudes do valido. Destacam-se os principais sucessos políticos e militares daquele reinado, para os quais o *condestable* contribuiu com o seu valor e esforço³⁸:

Fué muy inventivo é mucho dado á fallar invenciones, é sacar entremeses en fiestas, ó en justas, ó en guerra: en las quales invenciones muy agudamente significaba lo que queria. Fué muy nombrado cavalgador en ambas sillas, é grand bracero: é dió grand cuidado de tener Buenos caballos é ligeros: deleytabase mucho en fazer corregir sus armas é requerirlas, é tenerlas netas é limpias, é á punto. Fué en la guerra demasiadamente esforzado é atrevido, tanto, que se metia muchas veces en logares de grand peligro, segund en esta su historia, é en otras muchas partes parece. Comportaba mucho las armas, é afanabase mucho en la guerra. Fablaba en todos tiempos con grand reverencia é cirimonia á su Rey.³⁹

Evidentemente, o discurso adotado por essa crônica tem o objetivo de produzir um testemunho para perpetuar a boa fama de Álvaro de Luna e os seus valores cavaleirescos. Ela se apresenta como um relato particular, centrado na pessoa do

³⁷ *Ibidem*, p. 323.

³⁸ MIGUEL DE FLORES, Josef. *Crónica de D. Álvaro de Luna... Op. cit.*, p. 3.

³⁹ *Ibidem*, p. 182-183.

condestable, promovendo um discurso político concorrente ao da crônica régia⁴⁰. Ao contrário da *Crónica del Halconero*, sua intenção é de promover politicamente a personagem, apresentando uma imagem oposta à das acusações que os seus inimigos lhe atribuíam. O capítulo que narra a morte de Álvaro de Luna exemplifica essa estratégia discursiva: “Titulo CCXXVIII. De la muerte del mejor caballero que en todas las Españas ovo en su tiempo, é mayor señor sin corona, el buen Maestre de Sanctiago.”⁴¹:

Muere pues el glorioso, el famoso, el virtuoso é bienaventurado Maestre é Condestable de Castilla en la manera que la historia lo ha contado, Dios le aya su ánima, segund que por cierto se debe piadosamente creer, que sea en compañía de los sus escogidos: é assi fué revelado dende non á muchos dias á un ome de sancta vida de como estaba en buen lugar. Mandólo matar su muy amado é muy obedescido señor el Rey, el qual en lo mandando matar, se puede, con verdad descir se mató á si mismo; ca non duró despues de su muerte si non solo un año y cincuenta dias, los quales todos se debe por cierto afirmar que le fueron dias de dolor é de trabajo.⁴² (...) E algunos fueron que dixeron, que solo el royente gusano de su consciencia fué aquel que lo mató, trayendole á continua memoria la grand crueldad que usó contra el suy muy leal sobre los leales.⁴³ (...) ¿O qué es lo que descir se debe del bienaventurado Mastre? Que assi satisfizo á las debdas que los buenos en este mundo deben: es á saber: á la limpia sangre con nobleza: al tiempo con discrecion: á las adversidades con esfuerzo: al poder con caballeria: á su Rey con firme, é entera lealtad: é al tiempo de su muerte con mucha constancia é fortaleza de ánimo, é con debida é íntima contricion de sus non debidos fechos: é se sopo con mucha bondad gobernar, é regir, é guiar.⁴⁴ (...) E por cierto debidamente se puede creer, que tarde ó nunca, como descirse suele, avrá fasta en fin de los siglos el Maestrazgo de Sanctiago establecido, é fundado en los Regnos de Castilla otro tan digno, é tan notable, é tan excelente Maestre, nin de tanto valer, é virtudes, é clara fama.⁴⁵

É importante destacar como a estratégia narrativa adotada pelas crônicas abordadas são antagônicas mesmo em se tratando do mesmo personagem. Tal diferença deriva dos diferentes locais de produção dessas narrativas. A construção, de cunho negativo, por parte da *Crónica del Halconero*, deriva do pensamento da corte régia

⁴⁰ FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis. La biografía como memoria estamental. In: NIETO SORIA, José Manuel (org.). *La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)*. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 429.

⁴¹ MIGUEL DE FLORES, Josef. *Crónica de D. Álvaro...* *Op. cit.*, p. 376.

⁴² *Ibidem*, p. 381.

⁴³ *Ibidem*, p. 381-382.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 382-383.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 383.

sobre Álvaro de Luna, local de produção dessa fonte. De fato, a importância política que o valido atingiu não era bem vista, o que provocava bastante desconfiança e recriminação por parte de integrantes da corte. Isso causava discursos de deslegitimação contra o “privado”. A *Crónica de don Álvaro de Luna* foi produzida no ambiente senhorial do próprio valido. Para François Foronda, o apoio à posição do privado na corte vinha da nobreza média⁴⁶, que representou a principal base social das redes clientelares construídas por Álvaro de Luna, a partir de sua ascensão⁴⁷. Ademais, sua proximidade ao rei permitiu-lhe acumular e ampliar bens e territórios, expandir sua rede e engrandecer a linhagem⁴⁸. Portanto, a crônica de Álvaro de Luna representava, igualmente, uma exaltação do senhor que ele foi, o qual possuía amplas redes de vassalagem, em um contexto feudal, que auxiliaram no seu crescimento político na corte régia. Ou seja, a imagem de Álvaro de Luna dependeria da autoria do discurso e de se considerar a tipologia da narrativa.

Contudo, a imagem *a posteriori* de Álvaro de Luna foi fruto da versão que os vencedores difundiram. O papel político do valido acabou por ser classificado como “usurpador” do poder régio, devido às sucessivas derrotas que ele sofreu, após vencer os Infantes de Aragão, em 1448, seguidas por mudanças substanciais na corte de Juan II, como o casamento do rei com Isabel, de Portugal. Isto acabou por provocar o crescimento do discurso político contrário ao seu poder, que acusava Juan II de incapacidade de comandar o próprio reino. Nesse sentido, observa-se que a historiografia incorporou o discurso dos vitoriosos, acrescido de opiniões negativas que consideram que os validos impediam o exercício do poder monocrático do rei, como a historiografia da Idade Moderna definiu.

2.2. A simbologia política da Capela de Santiago, em Toledo

A dimensão das redes que Álvaro de Luna e sua capacidade de influência pode ser percebida na capela da catedral de Toledo, em que seu corpo foi enterrado. Apesar de ter sido humilhado e executado pelo tribunal régio, a Capela de Santiago (ver

⁴⁶ Neste caso, entende-se “nobreza média” como sendo os grupos nobiliários que se afastavam, por causalidade, das grandes famílias cortesãs castelhano-leonesas. Contudo, isso não significa que não faziam parte, em algum sentido, da corte de Juan II.

⁴⁷ FORONDA, François. Patronazgo, relación de clientela y estructura clientelar... *Op. cit.*, p. 431.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 434.

imagem 3), construída a mando do próprio “privado” para ser seu local de enterramento⁴⁹, demonstra a magnitude do poder que o valido possuía na principal cidade do reino, onde se concentrava a maior parte de suas redes de poder. A capela revela a intenção política de engrandecer a imagem do *condestable*, assim como de fazer perdurar a sua linhagem e criar uma memória visual:

A boa memória ou a tão esperada fama *post mortem* do período gótico deram peso específico às sepulturas transformadas em áreas de magnificência e exaltação familiar. São escolhidos os melhores materiais, os construtores mais famosos e os locais privilegiados em que a magnificência é dotada emulando, e superando em algumas ocasiões, as postas régias.⁵⁰ (Tradução nossa)

Todavia, parte-se da compreensão que a grandeza da capela não é uma maneira de se opor ou de se sobrepor à monarquia. A nobreza não buscava emular a monarquia no que se referia à construção das capelas funerárias, pois ambas compartilhavam o mesmo padrão simbólico. Da mesma forma, não se tratava, necessariamente, de um processo de emulação, mas sim da utilização de discursos semelhantes visando a projeção de uma imagem de poder⁵¹.

Estas finalidades auxiliam a entender a dimensão política que Álvaro de Luna representava no seio da monarquia castelhana, a qual não se extingue com a sua condenação e morte, pois mesmo após esse dramático desfecho, executado como inimigo da coroa, foi sepultado na capela-mor da catedral de Toledo, que pertencia à sua família:

Allende desto el noble é magnifico Maestre por tener grand parte de sus señorios comarcanos á la muy noble cibdad de Toledo, é aver edificado en la Santa Iglesia della la mas notable, rica é maravillosa capilla é enterramiento suyo, que en las Españas, é aún en la mayor parte del mundo se pudiesse fallar, que pareció tener en la cibdad grand parte de su asiento; todos los nobles caballeros della eran en su casa, é avian dél dineros.⁵²

A construção da capela é mais uma das complexas ações políticas que marcam as transformações que delineiam o século XV castelhano. Mais do que um local de enterramento, a simbologia política por trás de sua construção evidencia como Álvaro

⁴⁹ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.*, p. 145.

⁵⁰ PERÉZ MONZÓN, Olga. La dimensión artística de las relaciones de conflicto... *Op. cit.*, p. 602-603.

⁵¹ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.*, p. 174.

⁵² MIGUEL DE FLORES, Josef. *Crónica de D. Álvaro...* *Op. cit.*, p. 390.

de Luna e o *valimiento* eram uma parte muito importante das redes nobiliárias que orbitavam a coroa castelhana, diferentemente do que a historiografia tradicional nos faz entender. A Catedral de Toledo, no século XV, possuía a condição de Primaz, ou seja, era o centro do principal arcebispado do reino castelhano-leonês. Além disso, como característica arquitetônica e política, abrigava o panteão dos reis da dinastia Trastâmara, caráter emblemático de poderio régio⁵³. Logo, entende-se os motivos pelos quais Álvaro de Luna escolheu este local para seu enterramento e perpetuação de sua linhagem:

A capela ocuparia o espaço de três outras anteriores que aí existiam, convertendo-se na maior capela privada da Catedral. Além disso, sua localização – a cabeceira – “representa um autentico âmbito privilegiado na hierarquização do espaço funerário do tempo”. Trabalharam na construção o mestre Álvar Martínez e Hanequin de Bruxelas que, segundo Yarza Luaces, chegou a Toledo entre 1430 e 1435.⁵⁴

Todo o conjunto arquitetônico e a iconografia que compõem a capela possuem o sentido de construir uma imagem do valido como nobre, cavaleiro e homem letrado, assim como a *Crónica de don Álvaro de Luna* o apresenta. Retrato disso, igualmente, são as decorações com vieiras, que representam a Ordem de Santiago, da qual Álvaro de Luna era mestre:

Essa ordem militar e religiosa representava uma das maiores dignidades do reino, tanto pelo prestígio de possuir o título, quanto por estarem associados a ela amplos domínios territoriais e uma renda anual substantiva, estando claramente o primeiro ligado diretamente ao controle dos demais. Segundo Pérez Monzón, a valorização da imagem de Mestre expressa pelo conjunto funerário tinha a intenção de reforçar “a dignidade santiaguista como bom governante, homem de armas e homem de letras, fazendo esquecer sua morte sem honra”.⁵⁵

Além disso, a construção da capela, naquele local, garantia uma memória digna ao valido. A hierarquia existente no contexto fúnebre da catedral colocava Álvaro de Luna como proeminente senhor que obteve a honraria de ser enterrado em um lugar tão importante, inclusive para a realeza. Assim, o panteão do valido reafirma as

⁵³ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.*, p. 145.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 145 e 146.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 151 e 152.

características virtuosas de um bom cortesão e devoto cristão no contexto histórico em que está inserido e para a posterioridade:

Falamos de fama *post mortem* como o próprio documento de doação expressa ao enfatizar o lugar para seus ilustres mortos: “el dicho señor condestable avía buen zelo conmo fidelíssimo católico cristiano e leal cavallero non solamente del mundo terrenal más ahún çeleste e divinal a la dicha iglesia santa e su entinçión era de onrrar por la dicha su capilla e enterramiento la dicha iglesia”.⁵⁶ (Tradução nossa)

A construção do monumento funerário e a sua simbologia política evidenciam a importância que Álvaro de Luna tinha para a monarquia e para o seu senhorio. Os investimentos realizados pelo condestável em prol da constituição de uma imagem política própria, com elementos marcantes para qualquer membro da corte, reforçam sua primazia perante um grupo que o contestava constantemente, mas também diante dos seus apoiadores e como o principal nobre de Juan II. A Capela de Santiago transmite o poderio econômico e político que possuía o válido, e, portanto, importante polo de poder para a monarquia: “o conjunto forma, junto com a literatura associada ao Condestável, um discurso coerente com o ideal do cavaleiro medieval, que naquele momento era também o cortesão ideal”⁵⁷. Logo, percebe-se como Álvaro de Luna se insere em um cenário muito mais complexo do que o de um simples “usurpador” que se impunha de forma personalista. Sua importância para a monarquia, e vice-versa, representava um exercício de poder que pressupunha diversas fontes de emanção.

⁵⁶ PERÉZ MONZÓN, Olga. La dimensión artística de las relaciones de conflicto... *Op. cit.*, p. 609

⁵⁷ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.*, p. 162.

Imagem 3 – Capela de Santiago, em Toledo. Foto de Vítor Ribeiro.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/vribeiro/289348959/in/photostream/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

Capítulo 3

O valido como usurpador do poder régio?

A historiografia de cunho tradicional tende a abordar os validos como agentes que impossibilitavam o estabelecimento de um poder centralizado, ou seja, de um Estado com características contemporâneas. A perspectiva anacrônica sobre o período medieval se revela bastante problemática, sobretudo quando a reflexão se desenvolve a partir das propostas da Nova História Política. Uma visão institucionalista, na qual o aparato normativo jurídico tem por objetivo submeter a sociedade à vontade monocrática do legislador⁵⁸, evidencia um problema anacrônico que, sem dúvida, não auxilia a conhecer o período medieval. Ao refletir sobre a história filosófica do político, Pierre Rosanvallon, por exemplo, contribui para o entendimento de como os atores políticos enunciam as causas e direcionam as soluções, segundo o contexto em que se inserem⁵⁹. Reconstruir a maneira pela qual os atores entendem a sua situação, e compreendem seu próprio sistema político, ao invés de tentar medir a “eficácia política” com um olhar da nossa contemporaneidade, oferece aos historiadores novas perspectivas para a construção do objeto de estudo.

Tal proposta de análise histórica permite compreender como se configura o poder e como se comportam os agentes políticos na baixa Idade Média. É de suma importância destacar que o ideal de poder, nesse período, não se coaduna com a ideia de um poder centralizado exercido de maneira monocrática, e sim com a existência de uma pluralidade de polos e jurisdições. O personalismo, característica desses polos de poder, é fundamental para o fortalecimento das instituições, ao dar prestígio às crescentes redes de poder, nas quais se apoia o sistema. O exercício do poder, segundo Maria Filomena Coelho, é uma ação política que pressupõe necessariamente a interação com outros poderes, sem que nenhum deles deva deter o monopólio⁶⁰. A tendência historiográfica de colocar as monarquias medievais como polos de poder que se oporiam (ou deveriam

⁵⁸ COELHO, Maria Filomena. A jurisdição da aristocracia cristã: monarquia, nobreza e monacato em Portugal. *In: Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, 2016, p. 119.

⁵⁹ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. *In: Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, p. 48.

⁶⁰ COELHO, Maria Filomena. A jurisdição da aristocracia cristã... *Op. cit.*, p. 122.

se opor) à lógica feudal, como se fossem ensaios de “modernização”⁶¹, é problematizada a partir desse modo de análise que considera as instituições como forças que crescem como parte de um sistema singular. Dessa forma, cabe entender que as disputas de poder são um instrumento importante na construção das instituições, sendo que estas uma vez reconhecidas em sua autoridade podem engendrar também outras disputas⁶². A monarquia castelhana, do século XV, se fortalece como parte de um sistema feudal, de forma orgânica, e não – como defende parte da historiografia - como força dicotômica frente à “anarquia medieval”, que se estabelecia constantemente, sob a atuação de agentes “típicamente” feudais que desejavam impedir o estabelecimento de um poder centralizado:

(...) é preciso notar que o crescimento das redes personalistas no âmbito do poder, ao contrário do que se poderia imaginar, não enfraqueceu a imagem política do rei. Na perspectiva doutrinária, as capacidades políticas do monarca foram sendo cada vez mais aprimoradas, por meio de um discurso que, desde a Idade Média, ressaltava a essência da *potestas absolutas*. Porém, tal como apontou António Hespanha, há bastante tempo, poder absoluto não significava poder total, nem o monopólio do poder. Tratava-se de um poder superior, que devia ser exercido sem aniquilar os demais poderes, sem suprimir a jurisdição dos demais corpos.⁶³

As obras de síntese sobre a história espanhola frequentemente reverberam essa lógica institucionalista e, no que se refere a Álvaro de Luna, ele é mostrado como usurpador do caráter monocrático que o poder régio deveria apresentar⁶⁴, agravada pela suposta debilidade de Juan II refletida na “anarquia” que teria dominado o seu governo. A rápida trajetória de ascensão de Álvaro de Luna teria incomodado vários grupos que já se encontravam estabelecidos na corte. Ao assumir gradativamente funções – como a de Grão-mestre da Ordem de Santiago e Condestável - que lhe outorgavam poder militar e jurisdição sobre os membros da corte de Juan II, o valido ameaçou posições e

⁶¹ Especialmente no século XV, em Castela, que é marcada pela unificação espanhola pelos Reis Católicos, em 1469.

⁶² COELHO, Maria Filomena. Um universo plural... *Op. cit.*, p. 19.

⁶³ COELHO, Maria Filomena. Interpretações de António Hespanha: “alguns enviesamentos correntes”, recorrentes e renitentes. Disponível em: https://www.academia.edu/41886505/Interpreta%C3%A7%C3%B5es_de_Ant%C3%B3nio_Hespanha_alguns_enviesamentos_correntes_recorrentes_e_renitentes. Acesso em: 10 de abril de 2020, p. 9.

⁶⁴ A interpretação e afirmação do suposto caráter usurpador de Álvaro de Luna é comum a boa parte da historiografia.

privilégios, incomodando não apenas os nobres de Castela⁶⁵. Assim, explicita Eduardo Manzano Moreno:

Sinal evidente do caráter da monarquia castelhana é a presença no centro dessas contendas de validos régios, personagens nos quais os monarcas depositavam sua total confiança e que haviam assumido os recursos de poder, provocando com isso a rejeição de amplos setores da classe nobiliária.⁶⁶ (Tradução nossa)

Contudo, ao assumir crescentes funções, atribuídas pelo rei, muitos dos contemporâneos passaram a enxergar esses acontecimentos como evidência de uma centralização do poder em torno do valido, usurpando o poder régio, o que gerou diversas acusações:

O primeiro deles, Álvaro de Luna, era apresentado por seus inimigos como um ambicioso bastardo da linhagem aragonesa dos Luna, que desde sua condição de pajem de Juan II havia chegado a controlar a vontade do monarca, o que conseguia graças a uma relação sobre a qual se lançavam acusações nada veladas “de algum trato indecoroso e de lascivas complacências”, pois o rei não “queria que dormisse outro em sua câmara”. Outros atribuíam o poder de Álvaro de Luna às “mágicas e diabólicas encantações para que [o rei] não pudesse fazer outra coisa, salvo o que ele quer”.⁶⁷ (Tradução nossa)

Essas acusações sobre Álvaro de Luna acabaram por ser naturalizadas e incorporadas pela historiografia, como a principal imagem representativa do valido e de suas ações políticas⁶⁸. O papel do valido como usurpador do poder régio, com base nas acusações de seus principais adversários políticos, passou a ser identificado como um

⁶⁵ MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas medievales... Op. cit.*, p. 634.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 632.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 633.

⁶⁸ Exemplo evidente disso é maneira como o autor, Eduardo Manzano Moreno, não insere nota de rodapé nos fragmentos que ele retirou das crônicas, na citação acima. Tal forma de apresentar o valido reflete como a historiografia assumiu uma versão específica sobre a atuação do “privado”. Neste caso, retirou partes de duas crônicas que por sua tipologia possuíam a intenção de deslegitimar a atuação política de Álvaro de Luna, sendo elas a *Crónica de Enrique IV* e a *Crónica de Juan II*: Variaban, pues, los juicios y afirmaciones á medida del favor que sus autores disfrutaban, como quiera que el rey D. Juan ya desde su más tierna edad se había entregado en manos de D. Alvaro de Luna, no sin sospecha de *algún trato indecoroso y de lascivas complacencias por parte del Privado en su familiaridad con el Rey*, según más por extenso se refiere en la crónica que precede á la vida de D. Enrique. PALENCIA, Alonso de. **Crónica de Enrique IV**. Traducción de D. A. Paz y Melia. Tomo I. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, 1905, p. 6; E muy excelente Príncipe, todos los que veen que Vuestra Señoría da lugar á cosas tan graves é tan intolerables y enormes é detestables, creen según lo que se conoce de la excelencia de vuestra virtud é discrecion, *quel Condestable tiene ligadas é atadas todas vuestras potencias corporales é intelectuales por mágicas é diabólicas encantaciones, para que no pueda al hacer salvo lo que él quisiere (...)*. PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. **Crónica del señor don Juan**, segundo de este nombre em Castilla y en León... *Op. cit.*, p. 404.

dos principais motivos das inúmeras disputas políticas que marcaram o governo de Juan II, principalmente frente aos Infantes de Aragão. A caracterização de Julio Valdéon Baruque, em sua obra “*El Reino de Castilla en la Edad Media*”, das ações do valido como “tirânicas” demonstra esse pensamento:

Se em ocasiões a oligarquia nobiliária castelhana pôde ver os infantes como seus líderes contra a *tiranía* de dom Álvaro, também contribuiu fortemente para a eliminação dos infantes de Aragão da cena política castelhana.⁶⁹ (Tradução nossa).

O autor também cita as vitórias militares e políticas do valido como forma de consolidar um “regime monárquico autoritário” e uma “ditadura pessoal”, baseados no prestígio de Álvaro de Luna:

Parecia chegado o momento decisivo de subjugar a nobreza e consolidar o regime de autoritarismo monárquico baseado, claramente, no prestígio do favorito, dom Álvaro de Luna, o grande vitorioso da jornada. Mas, apesar das aparências, em Olmedo teve início a queda do condestável (1445-1453). Sua tentativa de estabelecer uma espécie de ditadura pessoal exasperou a oligarquia nobiliária.⁷⁰ (Tradução nossa)

Em outro exemplo de tal abordagem, Luís Suárez Fernández, em sua obra “*Historia de España: Edad Media*”, classifica as ações políticas do valido como “absolutistas”, além de caracterizá-lo como “usurpador”:

Após grandes ações, destinadas a estimular a resistência contra o condestável, Afonso V anunciou, como ultimato (4 de junho de 1425) que ia empreender a luta contra dom Álvaro, usurpador do governo. (...) Para acabar com dom Álvaro, o rei de Navarra precisava então do apoio da nobreza, descontente com o absolutismo do condestável.⁷¹ (Tradução nossa)

Eduardo Manzano Moreno, em sua obra “*Historia de España*”, ao analisar a morte do valido, explica a necessidade de afastar Álvaro de Luna da corte para que a monarquia pudesse exercer sua função:

Apesar de seu triunfo, depois da batalha de Olmedo só restaram 8 anos de vida a Álvaro de Luna. A reafirmação do poder monárquico que ele tanto havia contribuído para reforçar acabou se voltando contra ele. Passada a euforia pela desapareição dos infantes da cena política castelhana e, sobretudo, pela partilha de suas extensas

⁶⁹ VALDEÓN BARUQUE, Julio. Reino de Castilla... *Op. cit.*, p. 123.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 124-125.

⁷¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia de España: Edad Media**... *Op. cit.*, 507.

possessões entre os partidários do rei e do valido, começaram a ressurgir numerosas queixas contra a sua política. O poder do valido começou a declinar e, armado com seu “poderio real absoluto”, Juan II se deu conta de que sua vontade poderia levar-lhe a prescindir da pessoa cuja ascensão ele havia permitido.⁷² (Tradução nossa)

Ao defender que a decapitação do valido, pela própria realeza, foi um episódio de reafirmação monárquica e de retomada do “poder real absoluto” por parte de Juan II, entende-se que Álvaro de Luna impedia constantemente a monarquia de se estabelecer como centro do poder. Portanto, o próprio poder régio deveria eliminá-lo. Em todas as abordagens dos autores aqui apresentados, o “privado” torna-se um exemplo daquilo que o período moderno concebeu para o conceito de valido, “os reis bons têm os ministros, os maus têm os validos”⁷³. Ou seja, os validos se reduzem a sujeitos cheios de ganância que tentavam manipular os reis através de suas vontades particularistas.

Frequentemente se esquece, nas análises historiográficas, que a ampla rede clientelar de Álvaro de Luna dava prestígio à própria monarquia castelhana, uma vez que o personagem representava o poder régio. O valido exerce o poder, por meio de lógicas de tipo pluralistas que se conjugam e se retroalimentam: da cabeça aos membros superiores e vice-versa⁷⁴. Antepor o poder do valido ao do rei não faz sentido naquele contexto, a menos que os historiadores assumam os relatos das crônicas, e tomem partido por um dos lados nos conflitos. As intrigas políticas provocadas pelos integrantes da corte eram chefiadas por indivíduos que possuíam capacidade de influência política na administração do reino. As constantes acusações a Álvaro de Luna não possuíam o intuito de defender a força monopolizadora e centralizadora que o monarca deveria apresentar, mas de defender os espaços que estavam sendo ocupados por forças concorrentes. O fenômeno do *valimiento* no governo de Juan II parece ter sido essencial para o fortalecimento e prestígio da monarquia, pelo próprio espaço da corte ser reconhecido como um lugar de excelência de poder⁷⁵.

⁷² MANZANO MORENO, Eduardo. Épocas medievales... *Op. cit.*, p. 637.

⁷³ BURKE, Peter. O Cortesão. In: GARIN, Eugenio (org.). **O homem renascentista**, Lisboa: Presença, 1991, p. 106.

⁷⁴ COELHO, Maria Filomena. Um universo plural... *Op. cit.*, p. 12.

⁷⁵ ALMEIDA, Scarlett Dantas de Sá. O papel do privado no reinado de Juan II de Castela: traço de uma monarquia fraca? COELHO, M. F.; PESSOA, F.; CANABRAVA, J. V. (eds.) **Os manuscritos medievais da UnB. Atas das sessões das comunicações da IX Semana de Estudos Medievais**. Brasília: PEM-UnB, 2018, p. 179-180.

Da mesma forma, o grupo de nobres cortesãos que questionam as ações de Álvaro de Luna deve ser compreendido segundo o modelo do pluralismo político/jurídico que os envolve. Entende-se que a privança, como participação direta na vida política e como possibilidade para conseguir ascensão social, alcançou com Álvaro de Luna seu expoente máximo, o que fez do Condestável não só alvo de ira e rechaço de parte da nobreza – daí as inúmeras tentativas para afastá-lo do contexto cortesão –, como também o converteu no ideal mais almejado, cuja imagem, portanto, deveria ser emulada⁷⁶.

Igualmente, as constantes reclamações, por parte da nobreza, sobre a suposta falta de eficácia do monarca, por este estar sendo influenciado por um “tirano”, é uma maneira de reforçar a própria instituição monárquica e o modelo corporativo. Existe uma corresponsabilidade entre os polos de poder, que fazem parte do corpo, que pressupõe a defesa do sistema/modelo. A autonomia relativa que cada corpo possui não significa independência, mas direitos próprios (liberdades) cuja existência se justifica de forma relativa ao universo em que se inserem⁷⁷. Este tipo de autonomia permite o embate de jurisdições e a dinamicidade do modelo. Os diferentes discursos e direcionamentos das acusações são resultados de ações de diferentes polos que compõem o sistema e se sentem no direito de colocar suas demandas.

Logo, entende-se que no modelo corporativo, harmonia não significa inexistência de conflito. Grupos importantes da nobreza ao acusarem Álvaro de Luna apresentam-se também como parte da monarquia. Portanto, na perspectiva do modelo pluralista eles acreditam terem o direito de interpretar e dar corpo ao bem-comum. A acusação de “tirano” ao válido, por parte desse grupo, se dá em um tom de salvação da monarquia e de eliminação do concorrente. Da mesma forma, os conflitos entre o válido, com a sua rede de influência, e parte da nobreza cortesã traduzem diferenças sobre quem teria legitimidade para realizar o bem-comum e proteger a instituição monárquica. Os conflitos são a essência da organicidade do modelo pluralista. O monarca, como a cabeça do modelo é, portanto, o juiz dos conflitos, a quem cabe a preservação da harmonia do corpo:

⁷⁶ ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos... *Op. cit.*, p. 161.

⁷⁷ COELHO, Maria Filomena. Interpretações de António Hespanha... *Op. cit.*, p. 6-7.

Os conflitos jurisdicionais - entendidos como embates entre jurisdições - constituem provavelmente o elemento político responsável pela forte dinamicidade do poder na baixa Idade Média. Aqueles que se sentem em posição mais favorável tentam minar – ou assaltar – os direitos de “dizer justiça” e de exercer o poder dos concorrentes. A palavra concorrência é chave para entender a lógica dos embates, uma vez que se trata exatamente de vencer por meio de argumentos que oscilam entre a legitimidade própria e a ilegitimidade do outro no campo jurisdicional. (...) depreende-se que no modelo corporativo harmonia não significa ausência de conflito. Ao contrário, é a tensão que preserva o funcionamento harmônico do corpo. A concorrência entre as partes é a mola propulsora que permite que todos aqueles que podem tenham condições de ascender politicamente. O conflito e a concorrência não são disfuncionais, não são um defeito do modelo. Tal como no corpo humano, as partes/órgãos colaboram umas com as outras, mas também concorrem entre si, até que se estabeleça um rearranjo de equilíbrio entre as forças. A cabeça tem, nesses casos, um papel natural: ser árbitro das causas e promover novos pactos entre as partes. Por óbvio, salienta-se que se o modelo atribui à cabeça política a função primordial de juiz é porque o conflito/concorrência constitui-se como pressuposto.⁷⁸

Portanto, Álvaro de Luna está perfeitamente integrado nos espaços de poder político e alimenta, com o prestígio que lhe advém da coroa, uma ampla rede de beneficiados que, por sua vez, são testemunhas e engrandecem o prestígio do reino de Castela. Ele não é visto, na qualidade de Condestável e de Grão-mestre da Ordem de Santiago, como força opositora da monarquia, e sim, como parte de um corpo político que dava prestígio à coroa, e vice-versa. A intenção de Juan II em manter Álvaro de Luna na corte e de agraciá-lo com diversos cargos políticos importantes pode ser entendida como forma da monarquia aumentar sua fama ao atrair para a sua esfera de influência um importante polo de poder. A cultura política de tipo pluralista, em que vários polos compartilham o poder, pressupõe a colaboração mútua, em que os envolvidos reivindicam atuar para o bem-comum. Neste sentido, as reclamações de parte da nobreza se inserem, igualmente, nesta cultura de pluralidade política. A monarquia castelhana se fortalece como parte de um sistema e a figura de Álvaro de Luna se coloca como um dos variados polos de poder que elevam a figura régia, a partir do próprio poderio clientelar que o válido construiu durante sua permanência na corte. Pode-se compreender a monarquia castelhana e Álvaro de Luna como produtos de seu

⁷⁸ COELHO, Maria Filomena. Interpretações de António Hespanha... *Op. cit.*, p. 6-7.

tempo e de uma lógica de tipo pluralista que os fortalecia como parte de um sistema feudal, e não como forças opostas por natureza.

Em suma, o caráter do valido Álvaro de Luna como usurpador do poder régio parece ser fruto, em boa medida, da memória que os vencedores da contenda alimentaram, mas também da historiografia. As narrativas adotadas pelos historiadores são as dos opositores do “privado” que através das crônicas buscaram deslegitimar sua presença na corte e apresentar diversas acusações sobre sua índole e supostas intenções. Porém, a falta de uma interpretação crítica da literatura do período levou a um entendimento que não considera as especificidades do período em que tais personagens estão inseridos. A crônica de Álvaro de Luna, por exemplo, é outra fonte de suma importância do período que apresenta uma visão oposta à da adotada pelos historiadores; e que parece ter sido silenciada, intencionalmente, para lograr uma narrativa que coloca os validos como “inimigos” da centralização política que “deveria” ser promovida pela monarquia. Assim sendo, a classificação historiográfica de Álvaro de Luna como usurpador do poder régio não nos parece operativa para explicar as lógicas de poder do reinado de Juan II.

Reflexões Finais

Ao confrontarmos o cenário político que envolve Álvaro de Luna com a bibliografia que se debruça sobre a sua atuação política, observa-se como as lógicas estatísticas anacrônicas são recuadas até o período medieval. O próprio conceito de valido, entendido como perturbador da ordem política, e as associações que se estabelecem com o termo “privado”, revelam o anacronismo que está na base de boa parte das análises historiográficas. Entender o século XV, em Castela, e os agentes políticos como frutos de uma cultura política própria, assentada em lógicas de tipo pluralista, parece ser de vital importância para se interpretar os acontecimentos da época.

Embora existam duas narrativas importantes sobre o valido, a *Crónica del Halconero*, encomendada pelo rei, depois da derrota de Álvaro de Luna, é apresentada politicamente como a versão “verdadeira” dos acontecimentos, a qual acaba por ser também incorporada pela historiografia. A análise do cenário político em que se desenvolve Álvaro de Luna e a reflexão crítica a respeito da bibliografia que analisa sua atuação demonstram como é problemático partir de um pressuposto de Estado com características contemporâneas, desconsiderando as lógicas pluralistas próprias do período. É perceptível como a historiografia assume o discurso da fonte, do grupo vencedor, sem considerar o caráter propagandístico desse tipo de literatura. Ao mesmo tempo, percebe-se que tal interpretação se apoia em “evidências” da crônica que permitem classificar de forma negativa a atuação do valido, à luz de princípios políticos anacrônicos.

A imagem de Álvaro de Luna nas fontes é evidentemente um constructo político próprio do embate entre os grupos de interesses que ocupavam a corte no reinado de Juan II. A análise naturalizada do conteúdo das crônicas acabou por converter o valido em uma figura negativa que não permite entender as dinâmicas de poder que o envolviam e pelas quais ele alcançava um prestígio político identificado com o próprio reinado. Dessa forma, a imagem que as crônicas apresentam dele deve ser interpretada com uma profunda análise crítica do seu conteúdo, a partir da sua tipologia documental e do contexto que as produziu. A monarquia castelhana se fortalece pelas redes

clientelares do privado⁷⁹, e a constante atribuição de ofícios régios ao valido é uma forma de exercer o poder, que considera necessário fortalecer diversos núcleos que, embora ajam de maneira concorrente, contribuem para solidificar um modelo político cristão, em que as particularidades somente se realizam dentro da unidade do corpo. Uma concepção pluralista de poder, onde um membro – mesmo que seja o rei - não pode eclipsar os demais.

Portanto, refletir sobre a maneira como a historiografia explica os reinados castelhanos do século XV que antecederam os Reis Católicos - exemplos de instabilidade que justificariam a necessidade de instaurar uma monarquia autoritária - conecta-se diretamente com o viés com que se costuma analisar a trajetória de Álvaro de Luna. A evidente associação entre Estado e monarquia reduz muito o cenário político e a legitimidade dos atores que, tal como Álvaro de Luna, com suas redes particulares, contribuíam de forma positiva para o fortalecimento do poder régio no século XV. Mas, obviamente, tal percepção exige que o historiador deixe de considerar como ponto de comparação, um determinado modelo de nação e de Estado.

De fato, entender como as instâncias de poder na Idade Média pertencem a matrizes pluralistas de poder, exige alargar o arcabouço de referências políticas. Cremos que talvez seja possível explicar a existência de diversos polos de poder, reconhecidos como vozes legítimas, como instituições, nas quais reconhecemos, inclusive, as redes clientelares. Na esteira de Bourdieu, essas redes participam da ordenação do público⁸⁰. A forma de associação entre esses polos é sempre explicitada pela busca do bem-comum e a harmonia entre os corpos⁸¹, onde um não pode impedir o outro de exercer seu poder. Tal maneira de pensar a própria imagem do valido Álvaro de Luna, por suas amplas redes de influência, pode ajudar nos estudos acadêmicos que envolvem o conceito de valido, a sua biografia e a própria história castelhana. As instituições e os

⁷⁹ A significância de sua capela funerária, por exemplo, demonstra a grandiosidade de seu senhorio e a importância e interesse do reinado de Juan II em manter tal polo de poder próximo.

⁸⁰ “Esses agentes construíram progressivamente essa coisa que chamamos de Estado, ou seja, um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial.” BOURDIEU, Pierre. Curso de 25 de janeiro de 1990. In: **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 49.

⁸¹ Esclarecendo que, na concepção do modelo corporativo, harmonia não significa ausência de conflito ou de guerra. Ver: COELHO, 2019, p. 7-8.

personagens são moldados por uma dinâmica que acaba por dar forma a suas ações e pensamentos refletindo-se, posteriormente, nos registros da memória por parte dos vencedores da luta política, que são assumidas de maneira naturalizada pela historiografia. Portanto, Álvaro de Luna e a monarquia castelhana devem ser entendidos como produtos do seu próprio tempo, onde ambos agiam organicamente, de forma conjunta e plural, fortalecendo-se como parte de um sistema e de experiências políticas próprias do período medieval.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

CARRILLO DE HUETE, Pedro. **Crónica del Halconero de Juan II**. MATA CARRIAZO, Juan de; BELTRÁN, Rafael (eds.). Granada: Universidad de Granada, 1946.

MIGUEL DE FLORES, Josef. **Crónica de D. Álvaro de Luna**, condestable de los reynos de Castilla y de León. Copia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Madrid: en la imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784.

PALENCIA, Alonso de. **Crónica de Enrique IV**. Traducción de D. A. Paz y Melia. Tomo I. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, 1905.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. **Crónica del señor don Juan**, segundo de este nombre em Castilla y en León. Copia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Valencia: en la imprenta de Benito Monfort, 1779.

Bibliografia

ALMEIDA, Scarlett Dantas de Sá. O papel do privado no reinado de Juan II de Castela: traço de uma monarquia fraca? COELHO, M. F.; PESSOA, F.; CANABRAVA, J. V. (eds.) **Os manuscritos medievais da UnB. Atas das sessões das comunicações da IX Semana de Estudos Medievais**. Brasília: PEM-UnB, 2018, p. 174-180

BOURDIEU, Pierre. Curso de 25 de janeiro de 1990. *In: Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BROWN, Jonathan. Imágenes de poder y prestigio. *In: Velázquez, pintor y cortesano*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

BURKE, Peter. O Cortesão. *In: GARIN, Eugenio (org.)*. **O homem renascentista**, Lisboa: Presença, 1991.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *In: España Medieval*, nº 32, 2009, p. 85-112.

CARVALHO, Adriana Gonçalves de. O retrato do Conde-Duque de Olivares. São Paulo: **IV Encontro de História da Arte** – IFCH/Unicamp, 2008, p. 296-302.

CARVALHO, Luís Fernando de. **O recrudescimento do nacionalismo catalão**: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Brasília: FUNAG, 2015.

COELHO, Maria Filomena. A jurisdição da aristocracia cristã: monarquia, nobreza e monacato em Portugal. *In: Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, 2016.

_____. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII – XIII). *In: La Edad Media en perspectiva latino-americana*. San José: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2017.

_____. Interpretações de António Hespanha: “alguns enviesamentos correntes”, recorrentes e renitentes. Disponível em: https://www.academia.edu/41886505/Interpreta%C3%A7%C3%B5es_de_Ant%C3%B3nio_Hespanha_alguns_enviesamentos_correntes_recorrentes_e_renitentes. Acesso em: 10 de abril de 2020.

ELLIOTT, John H. Unas reflexiones acerca de la privanza española en el contexto europeo. España: **Anuario de historia del derecho español**, Nº 67, 1997, p. 885-900.

FEROS, Antonio. Lerma y Olivares: La Práctica del Valimiento en la Primera Mitad del Seiscientos. *In: H. Elliott and Angel García-Sanz (Eds.), La España del Conde-Duque de Olivares*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1990, p. 197-224.

FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. *In: NIETO SORIA, José Manuel (org.). La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)*. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 73-132.

_____. Patronazgo, relación de clientela y estructura clientelar. El testimonio del Epílogo de la Historia de don Álvaro de Luna. *In: Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXX, núm. 235, mayo-agosto, 2010.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis. La biografía como memoria estamental. *In*: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)**. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 423-488.

GASPAR de Guzmán, conde-duque de Olivares, a caballo – Colección – Museo Nacional del Prado. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/gaspar-de-guzman-conde-duque-de-olivares-a-caballo/ca958021-65b0-421a-aaf0-55994df10575>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

MANZANO MORENO, Eduardo. Épocas medievales. *In*: FONTANA, J.; VILLARES, R.. **Historia de España**. Madrid: Critica/Marcial Pons, 2010.

MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: The interrelationship of fact and fiction. *In*: **Journal of Medieval History**, n. 32, 2006, p. 333-345.

NIETO SORIA, José Manuel. Apología y propaganda de la realeza en los cancioneros castellanos del siglo XV. Diseño literário de un modelo político. *In*: **En la España medieval**, Madrid, n° 11, 1998.

PÉREZ MONZÓN, Olga. La dimensión artística de las relaciones de conflicto. *In*: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa (C. 1230-1504)**. Madrid: Sílex ediciones, 2006, p. 547-620.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

ROCHA, Cinthia. Álvaro de Luna e os discursos políticos da Capela de Santiago. *In*: SALVADOR GONZÁLEZ, José María (org.). **Mirabilia Ars 2**, Barcelona, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. *In*: **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SUÁREZ FERNANDÉZ, Luis. **Historia de España: Edad Media**. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1970

TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. **Los validos en la monarquía española del siglo XVII**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Cássio Lopes Aquino, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Álvaro de Luna: a construção política da imagem do valido (Castela, Século XV)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideais e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Cássio Lopes Aquino